

## OS CAMINHOS DA ARTE NA ESCOLA: UM ESTUDO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE PRAIA GRANDE

Gislene dos Santos Sala Germann<sup>1</sup>, Antônio Serafim Pereira<sup>2</sup>

<sup>1,2</sup> Programa de Pós Graduação (Mestrado) da Universidade do Extremo Sul Catarinense  
<sup>1</sup>gislene\_salla@hotmail.com

**Palavras-Chave:** Arte, Educação, Obrigatoriedade.

### INTRODUÇÃO

O estudo pretendido para a dissertação tem viajado por vários caminhos da pesquisa científica, sendo construído sob os pilares que norteiam e defendem a Arte na Educação Básica. Em meio a esse processo deparei-me com a problemática abordada pelo Boletim Arte na Escola nº 57 (REDE ARTE NA ESCOLA, 2010) que debate sobre a Lei nº 11.769/2008 que torna obrigatório o ensino da música na Escola Básica (BRASIL, 2008). Esse Boletim enfatiza somente a questão da Música na Escola, porém fez-me refletir acerca de outras obrigatoriedades no que tange o ensino de Arte. Deste modo, a proposta de estudo é motivada pela articulação entre o significado da Arte na escola e as alterações legais que se fazem presente desde as suas primeiras manifestações na escola básica com a disciplina de Educação Artística a partir da Lei nº 5.692/71, destacando que anterior a Lei, a Arte era considerada uma atividade educativa. Essas alterações possuem como objetivo “legitimar” o conhecimento em Arte na escola. Partindo disso, o professor dessa disciplina deve trabalhá-la incluindo as seguintes determinações: “especialmente em suas expressões regionais”, “promover o desenvolvimento cultural” dos alunos, trabalhar a “Música como conteúdo obrigatório, mas não exclusivo” e garantir o estudo da “Cultura afro-brasileira e Indígena” (BRASIL, 1996). Sabendo que além dessas exigências, a Arte é envolvida por diferentes linguagens (a Dança, a Música, o Teatro e as Artes Visuais), que também devem estar presentes na formação dos alunos. Diante dessa situação, algumas dúvidas colocam-se frente a essas obrigatoriedades, a saber: Em que ponto fará diferença o termo obrigatoriedade para a formação dos alunos? Qual a compreensão que a escola tem sobre a Arte? A obrigatoriedade no ensino da Arte garante seu reconhecimento na escola? Como trabalhar essas exigências legais em duas horas/aulas semanais? Como objetivo central, pretende-se investigar se essas obrigatoriedades que se fazem presentes na história da Arte na educação escolar desde a Lei 5.692/71, garantiram ou garantem seu reconhecimento na escola, refletindo se as questões legais têm favorecido para tornar seu ensino significativo, procurando compreender até que ponto o movimento pela obrigatoriedade e o movimento pela compreensão do ensino da arte estão articulados.

### METODOLOGIA

O presente estudo ainda está em andamento e no decorrer do caminho de investigação, pode-se mudar a estrutura metodológica, entretanto pode-se identificá-lo inicialmente como bibliográfico e documental. A base documental e bibliográfica desta pesquisa é formada partir da Lei nº 5.692/71 (BRASIL, 1971) e da Lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996) e suas alterações, dos PPP das escolas municipais de Praia Grande, das contribuições de autores como Barbosa (2003) e Pillotto (2001) acerca da história da inclusão da Arte nos currículos da Educação Básica e

dos documentos norteadores da educação como os Parâmetros Curriculares de Arte- PCN (2000) e a Proposta Curricular de Santa Catarina- PCSC (1998). O estudo será realizado em três escolas públicas de Praia Grande- SC. Como instrumento para a coleta de dados será utilizado a entrevista semiestruturada com os professores, Coordenadores pedagógicos e Gestores dessas escolas totalizando 35 pessoas envolvidas, que serão selecionados por sorteio nas unidades de ensino, como também visitas orientadas nas escolas com a finalidade de perceber como a Arte é apresentada em seu cotidiano. As entrevistas estarão focadas principalmente em quatro questões: Como é a comunicação entre os professores de Arte da rede municipal? Quais as condições para desenvolver um trabalho significativo? Qual é o contexto que se insere a Arte nas escolas Municipais? Como as escolas acolhem a diversidade cultural de seus alunos? Depois de realizada a entrevista, as falas serão transcritas e analisadas. A partir de suas vozes será organizado um curso de formação complementar de educação estética visando ampliar a formação cultural a partir das diferentes linguagens da Arte com esses professores. Nesse sentido, o presente estudo objetiva compreender as implicações da obrigatoriedade do ensino da Arte na Educação Básica e contribuir para o repensar do papel formativo do ensino da Arte na Educação Básica por parte dos seus principais agentes.

### RESULTADOS E DISCUSSÃO

A referida pesquisa ainda está em fase inicial, sendo efetivada em analogia com as disciplinas do curso de Mestrado em Educação (UNESC). Até o momento realizou-se uma busca no banco de teses da CAPES com a finalidade de definir o problema de estudo e situar o trabalho no contexto das recentes investigações científicas na área da Arte na Educação. Percebe-se pelo número de pesquisas que o ensino da Arte ainda vem sendo pouco discutido nas academias, visto que encontramos apenas 74 dissertações e 14 teses para os anos de 2009 e 2010 em todo o Brasil. Nesse sentido o estudo em questão garante seu fortalecimento no campo científico.

### CONCLUSÃO

Como a pesquisa está em fase inicial, ainda não é possível apresentar dados precisos. Todavia os capítulos e subcapítulos já estão definidos, na qual o referencial teórico está sendo escrito a partir de uma perspectiva histórica a fim de entender a atual situação do ensino da Arte nas escolas básicas a partir das reflexões políticas e sociais de outras épocas. As entrevistas e visitas nas escolas que servirão de amostra já foram agendadas e previamente autorizadas. Com as entrevistas e visitas orientadas esperamos perceber como a Arte é apresentada no cotidiano escolar das escolas municipais de Praia Grande/SC como também sua valorização nesses espaços. A partir desta pesquisa, fundamentada a

partir de seus resultados organizar-se-á um curso de formação continuada (se necessário) visando aprimorar a percepção estética desses professores, para que possam reconhecer a Arte como uma disciplina imprescindível para a formação de nossos alunos. Finalmente, a pesquisa pretenderá perceber se a formação continuada poderá ser uma alternativa para o reconhecimento da Arte na escola nas instituições pesquisadas.

### **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao PPGE da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) por acreditar em meus anseios de pesquisa. Agradeço também a todos os professores do Mestrado em Educação pelo apoio nas disciplinas obrigatórias e optativas e em especial ao professor Doutor Antônio Pereira Serafim, orientador, por sua valiosa contribuição na organização desse trabalho e na solução dos problemas que surgiram e que surgirão do decorrer do caminho dessa pesquisa.

### **REFERÊNCIAS**

BARBOSA, Ana Mae (org). **Inquietações e mudanças no ensino da arte**. 2ª ed, São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. \_\_\_\_\_. Secretaria de Ed. Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte**/secretaria de educação fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1996.

FERNANDES, Iveta Maria Borges Ávil. Projetar e tecer, tecer e projetar. **Boletim Arte na Escola**, São Paulo, Boletim 57, p. 4-5, jan. março 2010.

PILLOTTO, Sílvia Sell Duarte; SCHRAMM, Marilene de Lima Körting. **Reflexões sobre o ensino das artes**. Joinville: Univille, 2001.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia. **Proposta Curricular de Santa Catarina: Disciplinas Curriculares**. Florianópolis, 1998.